

UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR SOBRE A FORMA DA ÁREA CENTRAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

*Hélio Hirao**

RESUMO O enfoque multidisciplinar sobre a questão da Forma Urbana é o que este estudo pretende realizar. A partir dessa discussão baseada nas análises de Lefebvre e Castells, retomamos um debate sobre a questão da inserção da Arquitetura Moderna Paulista no contexto tradicional de centros históricos de cidades médias do interior paulista. Essa investigação sobre os processos e conteúdos das formas materiais objetiva reflexões que sirvam de subsídios para uma outra perspectiva de estruturação desses espaços.

Palavras-chave: urbanismo, planejamento urbano, forma urbana, desenho urbano

ABSTRACT The multidisciplinary approach about the Urban Form it is the object of this study. Starting from this discussion based on Lefebvre and Castells analyses, we retake a debate about the insertion of the Modern Paulista Architecture in the traditional context of historical centers of medium cities in the interior of São Paulo. This investigation about processes of the material forms it leads to reflect about the possibility for another perspective of organization of these spaces.

Keywords: urbanism, urban planning, urban form, urban design

Introdução

Este texto pretende realizar a análise da cidade sob a perspectiva da Forma. A nossa formação em Arquitetura priorizou a leitura da forma “estética” em relação à forma enquanto produto das relações sociais. A nossa prática profissional e atualmente pesquisando sob o ponto de vista da Geografia Urbana, tem nos levado a um novo questionamento e reflexões sobre essa temática. O problema da forma urbana na área central de Presidente Prudente SP, com a substituição das suas edificações históricas por uma Arquitetura Moderna, sem nenhuma discussão envolvendo seus usuários, apresenta uma inserção imposta por parte dos reprodutores desse espaço urbano.

De acordo com as colocações de Souza (2003), o arquiteto-urbanista desenvolve, devido à sua formação e prática profissional, um olhar

* Arquiteto, doutorando do Programa de Pós Graduação em Geografia da FCT/ Unesp-Campus de P Prudente. hirao.arg@gmail.com.br

mais apurado nas questões ligadas aos aspectos funcionais e estéticos, como o traçado e a forma dos logradouros públicos e dos conjuntos espaciais intra-urbanos (volumetria, relacionamento funcional e estético de um objeto geográfico com o seu entorno etc), enquanto o cientista social, o geógrafo:

... tenderão a mobilizar o seu conhecimento a propósito das relações e dos processos sociais (dimensão econômica, política e cultural) e dos condicionamentos espaciais para extrair proposições a respeito de caminhos válidos de mudança social...(SOUZA, op.cit.p.57).

Este estudo espera realizar um esforço para compatibilizar esses dois enfoques complementares e interdisciplinares, considerando suas diferenças como bem afirma Souza (op.cit.,p.59).

(...) Seja como for, é importante conceder que cientistas sociais e arquitetos tenham direito às suas especificidades: o planejamento urbano praticado por cientistas sociais forçosamente será distinto daquele praticado por arquitetos, pois os treinamentos, os olhares e as ênfases não são os mesmos.

A integração dos fatores que reproduzem o urbano, traduzido espacialmente em formas assumidas pela configuração espacial da área central de Presidente Prudente, será o enfoque deste trabalho.

A questão importante para o urbanista é pensarmos nos processos e conteúdos das formas materiais, como estruturar espacialmente as diretrizes formuladas em análises e aspirações, se a forma é polissêmica, embutida de diversos usos potenciais e a concretização desses usos se deve aos desejos e anseios dos usuários e dos atores que a produzem.

Este estudo parte de uma análise teórica da Forma Urbana e da Arquitetura Moderna Paulista para verificar, empiricamente, na área central de Presidente Prudente a polêmica inserção de uma Arquitetura Moderna sobre um conjunto arquitetônico simples e característico, registro do produto social de várias gerações que a antecederam.

A forma urbana/ centralidade

Iniciaremos com as considerações teóricas de Lefebvre(1999) acerca da forma urbana, considerada por esse autor, um dos componentes para explicar a essência do fenômeno urbano. A forma, no sentido usual, está relacionada ao geométrico ou ao plástico, referindo-se a uma disposição espacial e acabando por se referir aos problemas de circulação

das cidades e, por consequência, na questão da centralidade, movimento dialético que a constrói e a destrói, que a cria ou a estilhaça.

A centralidade é uma característica forte da cidade, que também está vinculada e integrada a suas funções, a suas estruturas e a suas formas.

Essa centralidade exige conteúdo: justaposição, superposição de objetos, mercadorias e pessoas. A cidade se oferece como espetáculo. É a Festa. Ela reúne as diferenças, centraliza as criações. "(...) Neste sentido, a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos ou levando aos conflitos" (LEFEBVRE, op.cit.p.111). A cidade reúne tudo, inclusive os símbolos e os signos. Os signos do urbano estão vinculados aos signos da reunião e às coisas que os permitem (a rua e a superfície da rua, asfalto, calçadas etc.) e das suas determinações (praças, luzes etc.).

O urbano é a forma pura, o ponto de encontro, o lugar da reunião, abstração concreta vinculada à prática. Também é cumulativo das coisas, objetos, pessoas e situações que se excluem e se incluem e supõem enquanto reunidos.

(...) Pode-se dizer que o urbano é forma e receptáculo, vazio e plenitude, superobjeto e não objeto, supraconsciência e totalidade das consciências. Ele se liga, de um lado, à lógica da forma e, de outro à dialética dos conteúdos (às diferenças e contradições do conteúdo). (LEFEBVRE, 1999, p.112).

Acrescentamos outras considerações de Lefebvre (1991), em relação à predominância do valor de uso em detrimento ao valor de troca na cidade moderna. Na cidade antiga, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. Ela é centro da vida social e política, local onde se acumulam riquezas, conhecimentos, técnicas e as obras. O uso principal da cidade e suas ruas, praças, edifícios e monumentos é a Festa.

Com a crescente industrialização e urbanização, a cidade adquire outro papel como o lugar de consumo e consumo do lugar. A predominância do valor de troca em relação ao valor de uso implicará alterações na dinâmica social e na forma das áreas centrais das cidades.

Nesse contexto, a substituição dos antigos edifícios característicos dos tempos anteriores por uma Arquitetura Moderna Paulista vai transformar a paisagem, provocando interferências na sua leitura e proporcionando outras diferenciações.

A lógica de localização desses edifícios sob a perspectiva dos atores que a definem é a centralidade. O casario antigo não atende às dinâmicas sociais atuais ou a uma falta de vontade de quem as concebe nos aspectos de adequá-las a essa nova realidade. São pontos para reflexão.

Os modestos espaços não se adequaram aos novos usos contemporâneos, a reestruturação desses parece exigir uma nova configuração arquitetônica, dentro de uma perspectiva contemporânea com sua tecnologia, seus materiais e sua linguagem, pouco se importando com o registro temporal da produção social das várias gerações que proporcionaram esse urbano para reestruturação.

Tomemos como exemplo o prédio da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente: uma caixa de concreto e vidro (azul na versão original) “fecha-se” para o interior, negando a integração com o entorno urbano, e como “compensação” cria um espaço transitório com o espaço exterior com uma grande praça entre a Câmara Municipal e Prefeitura Municipal com espelhos d’ água inseridos numa praça com rampas com ventilação e iluminação zenital.

A prática transformou seu uso. Da mesma forma que o espaço foi imposto por quem o produziu, foi também retirado: o espelho d’água desapareceu para a implantação de um estacionamento e a iluminação zenital fechada; a função inicial da praça interna ficou somente na intenção; tornou-se apenas uma área de circulação. A reação desses atores deve estar relacionada com a demarcação de seu território e da segregação desse espaço. Recentemente uma cerca metálica fechou uma área aberta destinada a estacionamento de autos, caracterizando esse evidente momento de crise do espaço público aberto.

Essa integração do espaço externo com o interno criando um amplo hall tem raízes em Le Corbusier. Esse arquiteto com a proposta dos “pilotis” deslocava o edifício do solo, criando esse espaço “vazio” para passagem de luz, sol, e para a cidade. Artigas (1989) desenvolve essa relação de fluidez desta correlação entre o espaço público aberto e o privado, entre a rua e a edificação, valorizando essa continuidade visual.

Outro aspecto importante refere-se à implantação e localização desses edifícios, relacionados à sua linguagem (estética). O contraste da edificação de concreto e vidro com um casario tradicional e simples caracteriza certo domínio espacial, refletindo as características da produção desse espaço.

Essas características estão vinculadas ao urbanismo moderno progressista cuja estética é baseada na racionalidade e austeridade, acompanhada pelo desprezo da cidade antiga (Harouel, 1990): “Cada vez mais nossa sociedade recusa as caixas de habitação e o concreto invade e que agride a cidade antiga e desnatura os espaços rurais” (pg.128).

No processo de reestruturação¹ da área central de Presidente Prudente, verifica-se uma tendência à descentralização territorial dos equipamentos comerciais e de serviços e outra contrária, de concentração do setor bancário controlando as melhores localizações no centro principal (SPOSITO, 2001).

Essa arquitetura bancária implanta-se justamente sobre o casario tradicional, trazendo outra linguagem (estética) com outros materiais e respectiva técnica construtiva, para o contexto urbano. Essa problemática gerou uma polêmica iniciada pelo professor Carlos Lemos na Folha de São Paulo e que retomamos, objetivando novos enfoques e análises que contribuam para referenciar interferências nesse espaço.

Outro espaço significativo é o prédio do Senac de Presidente Prudente. Localizado nas cercanias do centro histórico, constitui-se de uma caixa de concreto inserida num generoso terreno com amplos jardins que se integra com o espaço público interligando-se com a praça no centro de sua edificação. A caixa de concreto isola-se do entorno, mas ao mesmo tempo se abre aos espaços dos jardins externos e traz a praça para dentro do edifício.

Nesse caso, a sua implantação na paisagem não interfere na sua leitura histórica devido a essa localização na periferia da área central e os recuos do edifício em relação ao alinhamento do terreno. Mas, recebe também, as reações de uso sendo modificado pelas cercas que agora controlam o acesso ao edifício. A integração com o urbano se dá apenas pelo visual.

O processo de reestruturação dos espaços urbanos centrais não pode esquecer as características do registro dos vários recortes temporais e espaciais da história da cidade. É importante para o estabelecimento de uma identidade com e da cidade de Presidente Prudente.

Também devemos considerar as relações entre diferenças e particularidades como características fundamentais na forma urbana:

(...) simbolismo e imaginários presentes em toda parte, visão racional e sonhadora da centralidade acumulando neste lugar riquezas e os gestos humanos, presença do outro, presença-ausência, exigência de uma presença jamais alcançada, estas são, também características do espaço diferencial. (LEFEBVRE, 1999, p.122).

¹ SPOSITO,2001. Para compreensão da estrutura interna das cidades, é necessário pensá-la como processo em contínua transformação, por isso o uso do conceito de reestruturação urbana no lugar do conceito clássico de estrutura urbana

A teoria do espaço de Castells e Lefebvre

A análise comparativa de Gottdiener (1993) enfocando o pensamento teórico de Manuel Castells e Henry Lefebvre em relação ao espaço urbano é importante para compreender o processo do urbanismo.

O autor parte do debate teórico do espaço para compreender a natureza do espaço. Pretende aprofundar-se nos conhecimentos da forma urbana para produção de análises e reflexões que sirvam de subsídios para o processo de reestruturação desses espaços.

Se para Lefebvre o espaço é condição e produto, para Castells é produto material de uma dada formação social.

A teoria do espaço, segundo Castells (1973), estaria relacionada a um desdobramento e especificação da teoria da estrutura social, com o objetivo de explicar as características da forma social particular, do espaço, e de sua articulação com outras forças e processos historicamente dados. Utiliza a estrutura social para explicar as formas espaciais. Esse estudioso, na relação entre o Estado e o espaço de assentamento, considera o consumo coletivo, o elemento organizador da análise urbana.

Por outro lado, Lefebvre, segundo Gottdiener, desenvolve uma teoria marxista do espaço com finalidade de moldar a práxis socioespacial. A transformação da sociedade moderna em humanista está relacionada a essa “práxis espacial”, juntando esforços para reorganizar as relações sociais, com uma revolução no design espacial organizado em torno da vida cotidiana desalienada.

Gottdiener considera o aspecto mais importante do espaço em Lefebvre, a sua natureza multifacetada:

(...) O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Isto é, um plano individual, por exemplo, ele não representa o local onde ocorreu o evento (a função do receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (a função da ordem social) (Gottdiener, op.cit., p.127).

Lefebvre considera o espaço um elemento das forças produtivas da sociedade especialmente através da atuação da forma ou design, que juntamente com a tecnologia, o conhecimento humano e a força de trabalho contribuem para o que ele chama de “potencial de produção”. Não concebe a cidade, o espaço urbano e a realidade urbana apenas como uma soma de locais de produção e consumo.

As propriedades dialéticas das relações espaciais são assim colocadas por Lefebvre, segundo Gottdiener:

A questão do controle sobre as relações e o design espaciais, portanto, tem para a sociedade a mesma importância revolucionária que a luta pelo controle dos outros meios de produção, porque tanto as relações de posse quanto às de exteriorização material, - Isto é, a produção do espaço-estão unidas nas relações de propriedade que forma a essência do modo capitalista de produção. (Gottdiener, op.cit., p.127).

Devido, então, a esse status de força de produção, as relações sociais que regem as atividades associadas ao espaço precisam adequar-se à forma pelo qual o espaço é usado para obter riqueza. O espaço é parte das forças e meios de produção, constitui também um produto dessas relações, propriedade que o design espacial possui e é diferente de qualquer outro fator social ou mercadoria. Além de haver um espaço de consumo, há também o consumo de espaço, ou o próprio espaço como objeto de consumo.

Continuando com Lefebvre, o espaço torna-se para o Estado um instrumento político de importância capital: "A organização espacial, portanto, representa a hierarquia de poder. O design espacial é um instrumento político de controle social que o Estado usa para promover seus interesses administrativos" (p.131)

Para Gottdiener, a importância do espaço para Lefebvre é a conquista pela dialética entre valor de uso e valor de troca, que produz tanto um espaço social de usos quanto um espaço abstrato de expropriação.

Considera a relação entre o Estado e o espaço, a diferença fundamental entre esses dois teóricos do urbano. Para Castells (1973), não há possibilidade de se mudar a cidade sem transformar o modo de produção, que está relacionado com o Poder Público, cuja intervenção no consumo coletivo cumpre, dentro do ambiente construído, inúmeras funções que favorecem os interesses dos capitalistas. Para Lefebvre, o capitalismo como totalidade constitui-se num projeto histórico inacabado e acredita que a sobrevivência do capitalismo está no poder de recriar relações sociais necessárias para o modo de produção numa base contínua. O espaço urbano também é definido nos seus usos, nas práticas cotidianas, inclusive os não previstos pelo sistema, dando ao espaço novos conteúdos na esfera da vida social.

A Arquitetura moderna paulista

A arquitetura moderna paulista tem características específicas dentro do contexto da arquitetura moderna internacional e da arquitetura

moderna brasileira. Uma breve revisão torna-se necessária para articular as análises e reflexões com os referenciais teóricos apresentados.

O centro histórico da cidade de Presidente Prudente SP apresenta diversos edifícios públicos e privados que substituíram um casario tradicional. Essa Arquitetura possui características marcantes da Arquitetura Moderna Paulista.

Vilanova Artigas, considerado a principal referência da Arquitetura Paulista, tanto por Abrão Sanovicz como por Carlos Lemos (BASTOS 2003), parte do pressuposto de uma arquitetura como proposta de mudança social. Em vista disso, em seu discurso, articula suas obras às questões relativas à modernidade, ao modernismo e à modernização, entremeadas pela problemática nacional e social que, através de sua arquitetura com a imagem do Brasil e de seu desenvolvimento, deveria levar, segundo a sua concepção político-partidária, à soberania nacional.

Esse importante arquiteto brasileiro provocou um movimento de renovação do ensino da arquitetura, possibilitando aos jovens arquitetos um novo enfoque da realidade em que viviam, de forma a abordar os problemas de seu trabalho com uma nova visão crítica.

Para vários críticos de Arquitetura como Flávio Motta (1985), Artigas sempre se empenhou em superar os aparentes conflitos entre arte e ciência. Acreditou no desenho como linguagem dos desígnios do homem. Reconhecia que a relação entre o edifício e o meio ambiente não mais se afirmava pela ordem ideal, mas se concretizava em meio a vivos embates históricos (Kamita, 2000) portanto, a realidade existente não poderia ser apenas um fundo irremediavelmente condenado a receber a cidade modernista.

Vários discípulos e alunos de Artigas realizaram projetos em Presidente Prudente. As principais obras acontecem desde os fins da década de 70: Prédio da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Senac, Tênis Clube, Telesp e bancos.

Haveria algum rebatimento das preocupações que marcam a obra de Artigas no contexto de Presidente Prudente ou foi apenas uma apropriação da linguagem dessa arquitetura, simples formalismo? Eis a questão central que motiva o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que permitiria uma melhor compreensão de sua relação com o contexto regional, principalmente do ponto de vista político e cultural.

Um outro aspecto igualmente importante no desenvolvimento deste projeto seria a inserção de obras arquitetônicas no espaço urbano de uma cidade média do interior paulista – distante dos grandes centros urbanos e seu vínculo com o entorno imediato. Nesse sentido, considera-se significativo a análise das implicações na percepção visual e a influência da arquitetura no imaginário social. Afinal, a arquitetura deve ser analisada

dentro do seu contexto urbano. A relação da construção com o seu lote, com a sua calçada, com a sua cidade e com os seus atores envolvidos.

Cabe também destacar que as formas não nascem apenas das possibilidades técnicas de uma época, mas dependem também das condições econômicas, culturais etc. A técnica tem um papel importante, mas não tem existência histórica fora das relações sociais. A paisagem deve ser pensada paralelamente às condições políticas, econômicas e também culturais. Desvendar essa dinâmica social é fundamental, pois as paisagens nos restituem todo um cabedal histórico de técnicas, que ela revela; mas ela não mostra todos os dados, quem nem sempre são visíveis (SANTOS, 1988).

Torna-se importante então, entender a complexidade das relações da dinâmica social e seu contexto econômico, político e cultural para entender o processo de transformação dessa paisagem.

A polêmica dos críticos de arquitetura

O resgate de uma polêmica que aconteceu com críticos de arquitetura e arquitetos envolvidos, sobre os impactos da implantação da Arquitetura Moderna nas cidades do interior paulista, iniciada pelo Professor Carlos Lemos na Folha de São Paulo (3jun1979), no artigo: “Arquitetura Bancária e Outras Artes”, na coluna Tendências/ Debates, contribuirá para nossas análises tanto em relação à Forma como à Paisagem e seus reflexos na interferência no seu processo de estruturação.

O artigo, polêmico, foi em defesa da cidade, colocando de forma concreta muitas das questões que animavam a discussão arquitetônica da época: contexto, arquitetura voltada para o homem, identidade.

Esse texto traz uma crítica séria ao papel que os arquitetos, ou alguns deles, vinham desempenhando ao dar respostas localizadas, próprias de seu afazer; o problema da cidade envolve fatores que estão além da arquitetura, mas reclamou da atuação dos arquitetos, quando esses foram chamados a intervir. Por exemplo, em seu artigo, o Professor Carlos Lemos afirmou que as agências bancárias das cidades do interior são desvinculadas do contexto urbano,

Mais parecendo estranhos objetos vindos de outras galáxias, pousados entre o casario modesto, violentando as pessoas em seu patrimônio, vem se juntar as outras anteriores edificações chegadas de fora como novos centros telefônicos, novos fóruns, novos centros de saúde, grande parte delas levantadas em plenas praças públicas dos municípios pobres, que trocam logradouros do povo com o privilégio de possuírem nas ruas uma nova arquitetura

que lhes emprestará o status de localidades progressistas. (LEMOS, 1981, P.27).

Lemos lembra que nas cidades velhas dos países europeus com tradição em planos diretores integrados, a conscientização popular respeitou as relações existentes entre as construções e os logradouros públicos; as novas edificações também sempre trataram de se harmonizar com a vizinhança e quando por motivos pragmáticos, principalmente, isso não era possível, a solução estava na escolha dos novos sítios para essas novas idéias. Sempre vigorou o bom senso levando os planejadores a construir “ao lado” e não “em cima”.

Completa seu artigo preocupado com essas intervenções, afirmando que não existem cidades “históricas ou não históricas”, cidades bonitas ou feias, pobres ou ricas, simpáticas ou antipáticas. Todas são dignas de nossa atenção simplesmente porque existem. Não deveríamos envergonhar da falta de engenho ou de recurso de nossos antepassados – todas as cidades são documentos importantes quando seus edifícios são vistos em conjunto. Cada construção vista isoladamente pode não ter valor especial, mas em companhia das demais participa de um cenário representativo de um determinado estágio cultural, apontando a necessidade de se planejar respeitando o existente.

O Arquiteto Siegbert Zanettini, autor de inúmeros projetos de agências bancárias no interior do Estado, considerou que num modelo socioeconômico injusto, a questão da qualidade ambiental está prejudicada, retirando da arquitetura qualquer responsabilidade.

As pessoas não estão sendo violentadas só porque um novo edifício veio ocupar um lugar, mesmo que o privilegiado, em cada uma destas cidades, é dar importância demais a esses edifícios. As pessoas estão sendo violentadas, isto sim, de todas as formas e em todos os sentidos por uma direta, indireta e subliminar avalanche de mensagens consumistas. As pessoas estão sendo violentadas, por uma condição social ultrajante na sua desigualdade frente à educação, à saúde, às leis, às oportunidades, ao abrigo, ao trabalho. As pessoas estão sendo violentadas pelos desmandos, corrupção e opressão do poder e pelas contradições inerentes à idiosincrasia da minoria dominante. (ZANETTINI, 1981).

Para Zanettini, essas agências bancárias estão desvinculadas do contexto urbano da mesma maneira que foi e continua sendo toda nossa arquitetura moderna, importada de correntes teóricas burguesas do racionalismo, funcionalismo, organicismo e tecnicismo europeu (ou americano) e disso não escapa nenhuma obra produzida por arquiteto que

nesses preceitos estéticos burgueses se inspirou. Inclui na análise, a casa modernista de Warchavchik, prédio do Ministério da Educação do Rio de Janeiro, o conjunto da Pampulha, o edifício Ester de Vital Brasil, o conjunto Pedregulho de Reidy e toda a arquitetura de Brasília, como todos os “monumentos” da arquitetura paulista de vanguarda.

O arquiteto Alberto Botti, cujo escritório Botti-Rubin realizou o projeto do Senac de Presidente Prudente, em sua réplica afirmou que Carlos Lemos em seu artigo confundiu o “não construir” com o “não destruir”.

É evidente que o desenvolvimento urbano, que em certas cidades de nosso interior tem atingido taxas explosivas, presume uma ampliação de necessidades que se reflete em todas as áreas, criando contingenciamentos que obrigam a novas soluções, na dimensão dos novos problemas. (BOTTI, 1981, p.30).

Quanto à questão de se construir “em cima” a que Lemos se refere, Botti contrapõe afirmando que a “reconstrução urbana” que se processa constantemente no Brasil, substituindo-se edificações perfeitamente utilizáveis por outras, é, na melhor das hipóteses, uma contradição com nossa situação de no país subdesenvolvido e carente de recursos para aplicação em fins mais compatíveis; que o desenvolvimento urbano se processa ao arrepio do planejamento, talvez até porque esse planejamento não tem se revelado suficientemente capaz de enfrentar as contradições existentes.

O Arquiteto Sérgio Teperman, autor de inúmeros projetos de centrais telefônicas no interior do estado, assim se refere à polêmica:

Não creio que para a construção dessas agências se tenham demolido especialmente nas cidades do interior, edifícios de comprovado valor arquitetônico. (...) A realidade de nossas cidades aí está, as agências bancárias simplesmente a refletem e, dentro das pressões a que arquitetos e engenheiros estão sujeitos, as novas agências representam um passo à frente, não especificamente em termos arquitetônicos, pois se trata de boa arquitetura corrente; representam sim um avanço em termos de aceitação da população para a arquitetura contemporânea e não para a arquitetura de quem “queria” estar na fazenda. (TEPERMAN, 1981,p.32).

Ainda segundo esse arquiteto, “... acredito que a afirmação cultural de um país novo em termos de arquitetura é sua arquitetura contemporânea e não uma arquitetura colonial transplantada.” (TEPERMAN, 1981, p.30). Afirmação que precisa ser refletida ao ser transplantada para Presidente Prudente, cuja arquitetura da Área Central é simples, com um sistema

construtivo que uma região isolada dos grandes centros econômicos aproveitou, utilizando-se do tijolo e formas limpas sem grandes externas. Mas também é certo que a Arquitetura Contemporânea Paulista, no caso dos discípulos de Artigas, busca uma identidade brasileira:

Foram necessárias décadas de luta dos pioneiros da arquitetura contemporânea e de seus seguidores no país para que essa arquitetura fosse efetivamente implantada no país e que nossos edifícios públicos em geral tivessem a qualidade e a atualidade das mais internacionalmente conhecidas, porém, esparsas, manifestações de nossa arquitetura moderna. Neste momento um dos baluartes do conservadorismo no país, como o nosso sistema bancário rende-se à evidência de que a arquitetura contemporânea é a melhor aceita (...) (TEPERMAN apud BASTOS, 2003, p.57).

Para Teperman, a localização de estações telefônicas só tem sentido se colocada exatamente no centro da área de atração para sua instalação, que no caso coincide com a área de maior atração econômica e que se confunde com a área central da cidade, sendo, portanto necessária a compra ou desapropriação de um imóvel, e na maioria dos casos da demolição da construção existente. Mas cita que muitas prefeituras cedem espaços das praças para construção dessas edificações, apontando um erro cultural delas, que no seu modo deveria ser melhor aconselhada e que esse erro não pode servir de pretexto para a condenação da Arquitetura Contemporânea, reflexão que concordamos plenamente.

Para Guedes,

(...) merece atenção, é esclarecedor o desperdício de recursos em quase todas as obras governamentais (...) Como admitir que se continue a esbanjar os escassos recursos saídos de um continente marcado pela miséria e pelo atraso? (...) Devemos criticar e combater nossos delírios formais, repudiando com clareza, inclusive, a defesa literária que, com mal usada licença poética, ato contínuo fazemos deles.

(...) Nós temos discutido muito no Brasil o que é arte brasileira e o que é arquitetura brasileira (...) Eu tenho a impressão que nós não podemos buscar em referências formais e exteriores esta identidade, mas tão somente na vivência e no esforço de participação das soluções de dentro, e com a maior seriedade, dos problemas brasileiros. Brasileiro não por idealismo chauvinista ou persistências formais e retóricas, mas por necessidade e realismo". (GUEDES, apud, BASTOS, 2003, P.60).

Os arquitetos sediados no interior do Estado também participaram desta polêmica entre Arquitetura Contemporânea e a paisagem regional:

Arakem Marinho afirma que,

(...) ao trabalhar no interior, o arquiteto - ao lado das tarefas específicas é chamado para uma intensa vida comunitária e com a empatia que sempre achei um estado de espírito próprio do arquiteto. Assim pode descobrir a práxis mediadora de um trabalho que não será feito somente a partir de suas idéias, mas a partir da realidade concreta do país (MARINHO, apud, BASTOS, 2003, p.61).

Luiz Gastão de Lima aponta para a boa aceitação dessa arquitetura racionalista mas com certa adequação:

"(...)Então, o que se podia fazer não era a arquitetura desejada, mas a arquitetura do possível. (...) A experiência mostrou-me então a necessidade de enfrentar um trabalho executado através de materiais convencionais como, por exemplo, o tijolo e a telha de barro, mais coerentes como elementos disponíveis para a construção na maior parte do Brasil, contando com a mão de obra a eles habituada, dispensando do processo pormenores construtivos mais elaborados, seja pela dificuldade de interpretações dos desenhos, seja pela inexistência de mão-de-obra especializada. (LIMA, apud BASTOS, 2003, p.61).

Podemos então, detectar dessa polêmica duas perspectivas: uma mais metropolitana, considerando a estruturação urbana estagnada, sem transformações significativas nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais; outra defendendo o urbanismo progressista e justificando a atuação profissional dos arquitetos envolvidos.

A compreensão das transformações de usos desses espaços, das novas funções que surgem e dos atores envolvidos nesse processo social são fundamentais para o encaminhamento dessa problemática.

Reflexões Iniciais

Estas reflexões constituem-se num momento inicial de investigação sobre a questão da Forma e seus relacionamentos com o contexto urbano.

As idéias e as análises, ainda pouco sistematizadas, acredito possibilitarão o início do debate.

Ao nos identificarmos com as afirmações de Lefebvre, colocaremos os pontos que consideramos importantes para iniciar o debate em relação à temática apresentada.

O primeiro aspecto considerado refere-se à incorporação da forma ou design espacial como chama Lefebvre, como mais um elemento das forças produtivas e, por conseqüência, possuidora de “potencial de produção”, ou seja, poderá ser vinculado como espaço de consumo, consumo do espaço e ou como próprio espaço como objeto de consumo.

Se relacionarmos com a dialética entre valor de uso e valor de troca e a importância da força da centralidade, presentes na área central de Presidente Prudente, verificamos preocupações com a manutenção dos vários recortes temporais materializados nos edifícios e espaços urbanos e, por outro lado, associar a esse valor de troca e valor de uso, o marketing a esse conjunto arquitetônico, podemos convertê-lo numa cidade que privilegia os aspectos turísticos.

Outro ponto diz respeito ao conceito de “práxis socioespacial”: o poder do uso do espaço em reação ao proposto, proporcionando a uma nova estruturação espacial. Considerando a forma polissêmica, embutida de uma pluralidade de significações, verificamos a importante participação do usuário nesse processo. A seleção desses usos possíveis, de acordo com seus anseios e desejos possibilita dar qualidade a essa forma urbana.

No processo de decisão do Planejamento o usuário normalmente é excluído. Se sua participação ocorrer desde a fase inicial do projeto urbano, sua contribuição, além de tornar o urbanismo democrático, poderá reforçar as qualidades desse espaço urbano.

A possibilidade de garantir a permanência do conjunto arquitetônico do centro tradicional pode estar nas colocações de Milton Santos (1987), para quem essa questão da preservação envolve duas óticas opostas em confronto: o da economia política e a da memória urbana. A economia política da cidade supõe o jogo das forças de mercado mais a regulação por ação ou omissão do poder público. A memória urbana pode ser herdada do passado ou simplesmente projetada no futuro.

E se o problema é o de encontrar as formas de intervenção adequadas, renovação e revitalização não podem ser consideradas obrigatoriamente antagonistas. É necessário que façamos uma regeneração que leve em conta as novas exigências da modernidade: “ Mediante um projeto de renovação parcial bem concebido, é possível conjugar a produtividade espacial e o direito à memória” (SANTOS, 1987).

Concluindo esta breve análise consideramos que, no processo de uma nova estruturação dos espaços centrais de Presidente Prudente, a participação da população torna-se fundamental. Pode não ser a melhor opção para a sua evolução, mas com certeza será o desejo e o anseio da maioria dos atores produtores e usuários desse espaço/forma.

Referências Bibliográficas

ARTIGAS, Vilanova. **A função social do arquiteto**. São Paulo: Nobel, 1989.

BASTOS, Maria Alice Junqueira. **Pós-Brasília: rumos da arquitetura brasileira: discurso, prática e pensamento**. 1ª. Ed. São Paulo: Perspectiva/ Fapesp, 2003, 294p

BOTTI, Alberto R. Críticas injustas. **Revista Projeto**, São Paulo, n. 26, 1981

CASTELLS, Manuel. **A Questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

FERRO, Sérgio. Reflexões sobre o brutalismo caboclo. **Revista Projeto**, São Paulo, n. 86, p.68-70, abr.1986.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993, p.115-195.

HAROUEL, Jean Louis. **História do urbanismo**. Campinas: Papirus, 1990

KAMITA, João Massao. Vilanova Artigas. São Paulo: Cosac & Naify Edições Ltda. 2000.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. 1ª. Ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henry. A forma urbana. In:_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999

LEMONS, Carlos A. C. "Arquitetura Bancária e Outras Artes". **Revista Projeto**, São Paulo, n.26, p.27-28, 1981

MOTTA, Flávio. João Vilanova Artigas e a escola de São Paulo. **Revista Módulo**, Rio de Janeiro, especial Artigas , p.23, 1985

TEPERMAN, Sérgio. De como entrar numa polêmica. Sem querer. **Revista Projeto**, São Paulo, n.26, 1981.

SANTOS, Milton. Modernidade e memória. **Folha de São Paulo**, São Paulo 05 mar 1987, p.3

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In _____ (org.) **Texto e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: FCT/ Unesp- GAsPERR, 2001

ZANETTINI, Siegbert. Arquitetura Bancária assim como todas as artes. **Revista Projeto**, São Paulo, n.26, 1981